

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.651.105 - PR (2020/0013089-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : ROBERTO OBERLEITNER  
**ADVOGADO** : ANGELA POEIRAS ASSUNÇÃO - PR061474  
**AGRAVADO** : AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.  
**ADVOGADOS** : GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - PR056918  
ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO - PR064915  
RODRIGO FRASSETTO GÓES E OUTRO(S) - PR064914

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ROBERTO OBERLEITNER, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. RECONVENÇÃO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS PACTUADA. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. ENCARGOS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. TARIFA DE CADASTRO. AVALIAÇÃO DO BEM. REGISTRO DO CONTRATO. SEGURO DE PROTEÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SENTENÇA EXTRA PETITA. AFASTAMENTO DA MORA. NÃO CONSTATADAS ABUSIVIDADES NO PERÍODO DE NORMALIDADE DO CONTRATO. RECURSO IMPROVIDO. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no RESP 973827 de que a capitalização é válida desde que expressamente pactuada. É livre a pactuação dos juros remuneratórios através do posicionamento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, de forma que a sua limitação ao patamar acima de 12% ao ano não indica abusividade. No entanto, no presente caso, estamos diante da seguinte situação: temos que o contrato em questão (mov. 1.6) foi firmado em 17/01/2018, com a taxa mensal dos juros de 1,60% e a taxa anual de 21,35%. A taxa média do mercado da época foi de 22,74% a.a (fonte – Banco Central do Brasil) e, portanto, não há a alegada abusividade. Nos contratos de concessão de crédito, quando não existe a cobrança de comissão de permanência, devem observar o disposto no REsp. 1.058.114/RS, sendo cabível, portanto, a cobrança de: a) juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade da operação; b) juros moratórios até o limite de 12% ao ano; e c) multa

contratual limitada a 2% do valor da prestação, nos termos do art. 52. § 1º, do CDC. Em não havendo qualquer cláusula prevendo a incidência da Tarifa de Cadastro, da Avaliação do Bem, do Registro do Contrato e do Seguro de Proteção Financeira, inviável a demanda neste ponto, pois não há utilidade e nem necessidade na prestação jurisdicional, pelo que declaro “extra petita” a sentença neste aspecto. A mora do devedor somente pode ser afastada quando constatada a abusividade dos encargos cobrados no período de normalidade contratual (ou seja, daqueles que incidem antes de caracterizada eventual mora), sendo insuficiente, para tanto, o mero ajuizamento de ação revisional, nos termos da Súmula nº 380 do Superior Tribunal de Justiça (fls. 382/383).

Alega violação do art. 2º do Decreto-Lei 911/1969, no que concerne à necessidade de a recorrida apresentar o valor de venda do veículo apreendido, com o consequente abatimento do saldo remanescente, sendo ilegal o valor cobrado do recorrente. Traz os seguintes argumentos:

[...] até o presente momento **o Recorrido não apresentou nos autos de origem e em nenhuma de suas defesas qualquer comprovante que informa por qual valor o bem foi vendido para que assim possa efetivamente abater o referido valor no saldo devedor e posteriormente restituir o devedor/Recorrente com o saldo remanescente deste abatimento** (fl. 463) - negritei.

Portanto do valor original contratado o Recorrente ainda devia R\$10.127,95.

Quando realizou a renegociação esse valor passou exorbitantemente para R\$ 18.628,58 dos quais deu como entrada o valor de R\$ 2.287,58.(sequencia 1.6). Ou seja, do valor que devia ainda adimpliu para renegociar ficando devendo R\$ 7.840,37.

Desse valor ainda pagou uma parcela de R\$ 706,48, restando devedor R\$ 7.133,89 do contrato originário, porém, tem em mãos um carnê de boleto no valor de R\$ 20.487,92, logo, uma dívida impagável, interminável e ilegal (fl. 459).

É o relatório.

Decido.

Na espécie, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a alegada violação do art. 2º do Decreto-Lei 911/1969 não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro

# *Superior Tribunal de Justiça*

Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente